

Congresso não vai indicar superministro

BRASÍLIA — O presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), disse que o Legislativo não vai indicar nenhum superministro para a economia. “No dia em que isso ocorrer, o Congresso ficará também responsável pela atuação deste ministro”, disse Nelson Carneiro, ao se despedir do presidente José Sarney, que viajou para a Bolívia às 21h30. O senador disse ainda ter comunicado ao presidente Sarney que os partidos políticos “aceitaram muito bem” a indicação do ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, para interlocutor do governo junto ao Legislativo.

O senador Nelson Carneiro chegou a considerar “mal interpretada” a declaração do colega Ronan Tito (MG), que anunciou a indicação pelo Congresso de um superministro. “O que os partidos decidiram é que deve haver uma unidade de pensamento de um interlocutor”, acrescentou. “Nem se os ministros renunciassem aos cargos, por livre e espontânea vontade, o Legislativo indicaria um superministro, pois seria o mesmo que pedir ao Executivo que indicasse o presidente do Congresso”, disse Nelson Carneiro.

Os boatos sobre a mudança no ministério surgiram após a divulgação de documento do Congresso Nacional com sugestões para combater a hiperinflação, mas, segundo o senador Nelson Carneiro, não refletem o pensamento da maioria dos partidos políticos. O PFL, por exemplo, é totalmente contrário. O senador ressaltou que o documento sobre o pacto fala em interlocutor e não em ministro extraordinário.

Ele justificou a criação de um interlocutor como uma necessidade de melhorar o diálogo, pois acha muito difícil para o Congresso se entender com quatro ou cinco ministros. “Por isso é preciso um ministro que reflita o pensamento do Executivo e pode unificar sua posição com muito mais facilidade do que o Legislativo, uma vez que cada partido tem sua posição”, disse.

O senador esclareceu também que não se trata de unificar em apenas um ministério as cinco pastas consideradas econômicas — Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio, Trabalho e Minas e Energia. “Não, o Congresso quer é a centralização da informação e da posição do governo, não só na economia como na políti-